



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA

PRESIDÊNCIA

DA REPÚBLICA

AO RECEBER O DOCUMENTO FINAL
DO DEBATE NACIONAL SOBRE
ABASTECIMENTO POPULAR NO BRASIL *

Palácio do Planalto,
6 de fevereiro

Não contamos até hoje com uma política agrícola e com uma política de abastecimento. Não possuímos estoques reguladores estratégicos, uma necessidade para todos os países do mundo.

5 de fevereiro — Os cinco maiores estados produtores brasileiros vêem moratória como única saída para o agricultor superar os efeitos da longa estiagem.

— O Ministério da Irrigação deverá ser uma das novidades da reforma ministerial do Presidente Sarney.

Eu agradeço a visita e a consideração de receber as conclusões do debate que foi feito, em nível nacional, sobre abastecimento. Esse é um grande e grave problema que o Governo tem que enfrentar.

Como ressaltou o Senhor Ministro Pedro Simon, este País não tem definida até hoje uma política agrícola. E para defini-la, sem dúvida, o Governo está buscando um documento que não seja a expressão de uma cúpula tecnocrática, mas que possa realmente refletir um debate, um pensa-

* Improviso.

mento de toda a coletividade. Tem sido assim desde o dia em que assumimos o Governo: a capacidade de ouvir.

O primeiro gesto que tomei, ao assumir a Presidência da República, foi reunir pessoas de determinados segmentos da sociedade, e com elas recolher subsídios, ponderações, reflexões. As reuniões que travamos na Granja do Torto, no início do Governo, tiveram esse sentido. Depois, já com o Governo organizado, a orientação dada a todos os ministérios foi no sentido de procurar decidir de acordo com a comunidade.

Este debate sobre abastecimento, patrocinado pelo Ministério da Agricultura, junta-se ao debate nacional sobre a educação, ao debate nacional sobre os problemas comunitários e às providências objetivas que o Governo tem tomado no sentido da participação das classes trabalhadoras, nos diversos conselhos que têm a oportunidade de decidir.

Ainda ontem, com grande satisfação, eu lia um voto do representante da CONTAC, na reunião do Conselho Deliberativo da SUDENE, ressaltando que agora os trabalhadores se sentiam em condições de participar também das decisões, e não que elas fossem só uma tarefa isolada das classes dirigentes.

Tem sido assim no Conselho que nós criamos em relação ao IBGE, tem sido assim em todos os órgãos deliberativos, tem sido assim nas comissões sobre o debate do problema habitacional, cujo relatório final recebemos ontem. Essa é uma orientação geral.

E assim é possível que se tenha, cada vez mais, uma unidade de todos nós brasileiros na busca das soluções de que o País necessita. E também para que todos nós tenhamos a consciência de que o fato de decidir não deve ser uma atitude solitária, mas uma atitude solidária. O progresso começa dentro de cada um de nós. Na medida em que o Governo é expressão da confiança do povo, o povo tem a certeza de que pode participar das decisões. Ele é ouvido, ele é uma peça importante, ele também se sente responsável pelos resultados que tenhamos que obter.

Setor de abastecimento. O País, com este tamanho, com a dimensão extraordinária que temos, não conta até

hoje, não só com uma política agrícola, mas também com uma política de abastecimento. Nós não temos estoques estratégicos como alguns países têm.

É inconcebível que se possa ter um país com a população que nós temos, com a importância do Brasil, que fique à mercê, cada ano, da safra que tem que colher, sem ter certeza de que essa safra pode atender às necessidades do País. Ora, o Brasil, com essa extensão territorial — vamos repetir —, ele sempre terá uma região onde há seca, outra onde há enchente. Não vamos fugir de ficarmos presos à natureza.

Mas o que ocorre é que há muitos e muitos anos nós comemos a safra que colhemos. Quando a safra é boa, aumenta a oferta de alimentos, mas sempre com essa limitação. Nós não temos estoques reguladores estratégicos como todo o País do mundo tem que ter. O Brasil não teve, não tem. É uma imprevidência. É inconcebível que isso ocorra. Então, quando temos um problema como este da seca que ocorreu no Centro-Sul, com uma queda na ordem de talvez 10 milhões de toneladas de grãos, ou um pouco mais do que isto, nas estatísticas que nos foram oferecidas, isso significa que o País fica à mercê da escassez por falta de estoques internos que ele deveria ter para regular a oferta de alimentos para o País como um todo.

Por outro lado, há 10 anos a nossa produção de alimentos é a mesma. Estamos nessa faixa de cerca de 50 milhões de toneladas de grãos, com o agravante de que nestes 10 anos a população do País aumentou, e no momento em que o Governo, com uma política que é a política que tem que fazer, aumenta o salário real das classes trabalhadoras, as classes trabalhadoras ganhando um pouco mais, elas têm que comprar aquilo de que mais necessitam, que é a parte de alimentação. E a oferta de alimentos se mantém nesse mesmo nível estável, que agrava mais o problema em face das dificuldades climáticas, como ocorreu neste instante.

Então, a nossa proposta é que, a curto prazo, não poderemos fugir a uma política de formar estoques estratégicos para regular o abastecimento, bem como também controlar os preços no nível interno. Isto nós vamos fazer, es-

tamos importando, e vamos ter dentro do País estoques dessa natureza para atender às necessidades.

Em segundo lugar, a médio prazo, conseguir ampliar a produção agrícola do País. E a longo prazo, consolidar essa produção de modo que o Brasil possa ser aquilo que sempre foi, ao longo da nossa história, uma potência agrícola, grandes potencialidades. Um país agrícola que, na realidade, fica patinando dentro dos seus problemas agrários sem solução para eles.

Então nós vamos ter que entrar com o grande programa de irrigação, solução que países de extensão territorial têm encontrado. Foi a solução que a China encontrou para dar comida a um bilhão e 130 milhões de habitantes, e hoje exporta arroz. Nós estamos comprando arroz da China. E ela isso conseguiu com quê? Com política de irrigação, devido à qual ela hoje já tem mais de 60 milhões de hectares irrigados. É a política que está seguindo a Índia, da mesma maneira, hoje com 43 milhões de hectares irrigados. O Paquistão, com 17.

Já o Brasil, ao longo de toda a sua história, o Brasil criou apenas 1 milhão e 200 mil hectares irrigados, dos quais cerca de 600 mil no Rio Grande do Sul. E nós naquela política predatória de cada vez mais ampliar a área de agricultura, achando que só com a extensão da área resolveremos o problema agrícola do País.

Já lançamos o programa de 1 milhão de hectares irrigados no Nordeste. Há possibilidade, com a sugestão que me foi deixada aqui no gabinete pelo senhor ministro Pedro Simon, de estendermos o programa ao Centro-Sul. Vamos iniciar a era da irrigação no Brasil. Essa é a solução para a produtividade e para aumentarmos a produção agrícola.

E por outro lado, o grande programa da reforma agrária. Eu, aí, devo dizer que essa foi uma decisão pessoal, minha, desde os primeiros dias de Governo. Eu cheguei ao ministro Nelson Ribeiro, quando ele era de um ministério... Bem, vamos lembrar... a memória da Nação, é preciso que a gente sempre possa repetir — porque às vezes nós temos uma facilidade, pela própria dinâmica dos fatos, de

esquecer — nós tínhamos um Ministério de Assuntos Fundiários para resolver problemas localizados. A reforma agrária era um tema muito difuso, tratado em campanha sem realmente um plano que fosse para se executar uma reforma agrária.

No primeiro despacho que tive com o Ministro Nélon Ribeiro eu lhe disse que devíamos transformar o Ministério de Assuntos Fundiários no Ministério da Reforma Agrária.

E aí o Presidente teve a decisão corajosa, posso lhes dizer isso, de colocar o programa da reforma agrária, que até então, no Brasil, era uma palavra que todo o mundo procurava evitar. E criou o Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário. Era uma decisão política com a qual queríamos enfrentar o problema.

A partir desse instante, iniciamos a formulação do projeto da reforma agrária, que hoje já é um plano consolidado de cada estado, já está aí para aprovação, com áreas definidas e que nós vamos implantar, e diante do qual o Governo não teve nenhuma vacilação, em nenhum instante. A reforma agrária no Brasil é o programa mais ambicioso que já se pode ter concebido no que diz respeito à busca da reformulação de uma estrutura fundiária. Por isso naturalmente precisa-se de uma vontade política, um respaldo político que a Nação deve ter para ajudar um programa dessa natureza.

Fico muito satisfeito quando aqui nos reunimos, podemos discutir esses problemas como estamos discutindo aqui, conversando com pessoas do povo, que estão fazendo reflexões conjuntas com o Governo com essa sinceridade, com essa transparência que o Governo deseja ter.

Há pouco estávamos ali, reunidos com líderes comunitários, discutindo nossos programas sociais, que é a decisão do Governo.

Ontem, tivemos aqui também uma grande reunião no Palácio, assinamos 129 convênios, com programas destinados à ação comunitária.

Porque eu acredito que essa é a grande solução. É a solução que vai realmente transformar o Brasil. A transformação do Brasil, a mudança do Brasil não pode ser feita,

nem através de decretos, nem através de exposições de motivos que o Presidente possa assinar. Se um ato a ser publicado no *Diário Oficial* resolvesse tudo, era muito fácil, e nada havia mais fácil que se fazer. Mas não. A mudança do Brasil tem que ser feita justamente com a mudança da nossa mentalidade. Esta não pode ser uma sociedade na qual exista uma parte elitista que participe de decisões e que se julgue iluminada, e uma parte que só faça receber.

Não, a nação comunitária é realmente onde se pratica, se exerce, se vive a democracia. Porque é através dela que se pode dividir responsabilidades da participação do povo e de todos nós.

Será esse um programa para este ano. É uma meta ambiciosa. Mas nós estamos certos de que isto vai poder ocorrer. Chegaremos a 40 mil projetos comunitários, pequenos projetos comunitários que não dão placas, não dão ibope, mas na realidade atingem a própria comunidade. E estamos verificando a potencialidade da comunidade do País. A potencialidade do povo brasileiro. As solicitações que chegam aqui, do desejo de participação de programas comunitários, são uma coisa extraordinária.

Eu acho que não é fácil encontrar no mundo um povo como o nosso, em que viva esse desejo de participação, de colaboração, sem nenhuma carga passional, mas no desejo realmente de se procurar fazer alguma coisa em torno de todos nós. Como o progresso começa dentro de cada um, eu recebo muito bem a visita dos senhores para, como Presidente, dividirmos as responsabilidades de começarmos uma nova visão de progresso e uma nova mentalidade dentro do País, na solução dos seus problemas.

Eu quero aqui também expressar o meu reconhecimento, reconhecimento do Governo, aos senhores dirigentes da COBAL, que estão tratando deste assunto tão delicado e tão complexo, e também ao Senhor Ministro da Agricultura, o nosso senador Pedro Simon, um grande talento político de administrador, que tem ajudado muito o Governo neste período de implantação em que nós tivemos que atravessar tantas dificuldades. Período em que ele foi um braço forte, mão amiga que sempre esteve, ao longo desse tempo todo,

comungando conosco nessas dificuldades e nos ajudando a encontrar caminhos. Ele fez um grande trabalho no Ministério da Agricultura, e este é um momento em que, com os senhores, nesse setor, registramos esse reconhecimento.